

DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: ABORDAGEM ÉTICA

José Augusto Chaves Guimarães
Fabio Assis Pinho

Resumo

Trata-se de um estudo relativo aos aspectos éticos na representação do conhecimento com intuito de sistematizar as pesquisas da área e identificar suas principais contribuições. Aponta os desvios encontrados na representação do conhecimento oriundos da atuação profissional e dos instrumentos usados, bem como os principais desafios enfrentados pela área. Por fim, se observa que são identificados valores inerentes às atividades de organização e representação do conhecimento, tais como precisão, abrangência, garantia cultural, ética transcultural de mediação e multilingüismo, uma vez que concedem ao conceito de competência profissional uma nova dimensão, pois transcende o domínio de conteúdos específicos para atingir a forma de utilização desses conteúdos.

Palavras-chave

Ética; Organização e representação do conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação lança, enquanto um espaço multicultural e multiverso, onde o físico e o virtual sofrem influências mútuas, as bases para as formas de sociabilidade, estilos de vida e de organização social. A inovação causada pelo acúmulo de informações veio acompanhada de novas preocupações. Por isso,

os desafios éticos situam-se como o centro de um campo de estudos que se torna relevante. Analisando a informação como uma parte indispensável para a produção do conhecimento, devemos considerar a necessária existência de critérios para os indivíduos que têm nela o objeto de sua prática profissional (os chamados *profissionais da informação*), os quais atuarão

diretamente para a construção e desenvolvimento da sociedade.

Esse cenário, caracterizado por uma sociedade informatizada e em plena evolução do mecanismo virtual, também promove discussões sobre a ética. Entretanto, a mudança que a informação proporcionou na esfera do trabalho trará uma nova dimensão do sentido ético devido às novas concepções e implicações. Dessa maneira, começa a se buscar um outro perfil, construindo formas de competência que estejam em sintonia com as possibilidades as quais são permitidas pelas tecnologias. Para isso, os aspectos éticos no âmbito profissional assumem, segundo Guimarães (2000), cinco níveis de compromissos: com a instituição, com o cliente/usuário, com a informação, com a própria profissão e com ele mesmo como profissional.

Nesse sentido, são as atividades de organização e representação do conhecimento (ORC) que constituem o centro da atividade profissional da área de informação, porque elas se apresentam como a ponte que une o conhecimento produzido com a geração de um novo conhecimento e que, conseqüentemente, se questiona até que ponto a ética está presente na ORC.

No âmbito da ORC, especificamente em sua vertente do tratamento temático da informação (TTI), uma das preocupações se volta para o papel do profissional da

informação em relação a uma concepção de bem fazer e bem atuar, visto que as competências específicas para os profissionais que trabalham com o TTI estão intimamente ligadas a uma dimensão ética, principalmente porque é necessário levar em conta que tanto o sistema quanto o processo de representação devem estar imbuídos de uma preocupação com a utilidade e recomendação para determinado público. Assim, se estabelece o tema desta discussão, ou seja, os desafios que envolvem as pesquisas sobre a ética na representação do conhecimento, cuja necessidade de estudos relacionados a essa vertente foi sinalizada pela pesquisadora alemã Ingetraut Dahlberg, em 1992, instigando o desenvolvimento teórico tão necessário.

Sabe-se que tanto o processo quanto os sistemas de representação do conhecimento não são neutros, uma vez que seus idealizadores impõem uma visão de mundo particular, refletindo posições ideológicas e políticas; além de que, representar conteúdos significa recortar e segmentar, resultando em uma tributação de hipóteses (JUDGE, 1981; RAFFERTY, 2001; LARA, 2002; OLSON, 2002; MAI, 2004; GUIMARÃES, 2006).

Por isso, os desvios na representação do conhecimento podem influenciar na precisão e na recuperação da informação. Esses *desvios (bias)* da ORC são objeto de

abordagem pela literatura anglo-saxônica da área de Ciência da Informação, notadamente, por autores como Foskett (1971), Berman (1993), Brey (1999) e Olson (2002) no âmbito da denominada *misrepresentation*, no que se refere à presença de questões subjetivas, ou mesmo discriminatórias, seja nas atividades ou nos instrumentos usados pelos indexadores¹.

Por exemplo, quando um determinado grupo cria seu vocabulário próprio que é reflexo da sua produção intelectual registrada, designará e divulgará suas idéias, por conseguinte, consolidará uma terminologia. Um sistema de representação do conhecimento, que visa controlar um vocabulário específico e, através dele, representar adequadamente um conteúdo, é elaborado, dentre outros requisitos, por meio dessa terminologia encontrada na literatura desse grupo. Entretanto, quando um termo é incluído de forma errônea ou equivocada, poderá representar de maneira preconceituosa ou, ainda, se valer de recursos que disfarçam algum tipo de desvio.

Agregam-se, ainda, as seguintes situações: *And Tango Makes Three* (Com

Tango, somos três) é um livro que conta a história de experiência real de dois pingüins machos que chocam um ovo por 34 dias. Do episódio, nasce *Tango*, formando uma família em que os três membros são do sexo masculino. Pais norte-americanos, revoltados, fizeram com que o livro fosse retirado da seção infantil da Biblioteca de Savannah, por considerá-lo de temática homossexual. Já o livro *King & King* (Rei e Rei) conta a história de um príncipe que não gostava de princesas e que acaba se casando com outro príncipe. Esse livro foi tão bem sucedido que se transformou em uma série de aventuras. Entretanto, é um dos livros que mais sofre pressão para ser retirado das bibliotecas norte-americanas.

Esses dois episódios resultaram nas seguintes reflexões: em que medida essas ações contrárias à homossexualidade interferem no desenvolvimento das coleções e, também, como essa temática é representada e se sofre influência por parte dessa cultura contrária à diversidade. Os problemas em torno das publicações de livros que abordam com clareza a diversidade de orientações sexuais criaram situações nas quais os profissionais da informação não podem estar alheios, notadamente, no que tange à censura advinda do tema da obra.

Por essa razão é que os estudos sobre a ética na representação do conhecimento são necessários, uma vez que a mesma se estabelece à medida que se

¹ Brey (1999) esclarece que *misrepresentation* se refere a alguns aspectos da representação que se encontram claramente errados em relação aos padrões estabelecidos, e *biased representation* se refere aos valores e interesses de alguns usuários que não são contemplados na representação e conclui que, metodologias devem ser desenvolvidas para que esses desvios sejam constatados e prevenidos.

torna uma noção de limite de poder (controle), pois se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de qualquer ideologia. Dessa forma, partindo da concepção filosófica de ética enquanto área de estudo que trata dos valores e da conduta do homem na sociedade, notadamente no que tange às regras de conduta que preconizam direitos e deveres no contexto social (ROSENTAL; IUDIN, 1959), chega-se aos conceitos de bem, ação correta, dever, obrigação, virtude, liberdade, racionalidade e escolha e das características subjetivas neles envolvidas².

Cortina e Martínez (2005, p.9), ao situarem a ética como um saber normativo, orientador das condutas humanas, diferenciam-na da moral na medida em que, enquanto esta última busca propor ações concretas para situações concretas, aquela “remonta à reflexão sobre as diferentes morais e as diferentes maneiras de justificar racionalmente a vida moral, de modo que sua maneira de orientar a ação é indireta [...]”.

² Ética é a “área da filosofia que investiga os problemas colocados pelo agir humano enquanto relacionado com valores morais” (SEVERINO, 1994, p.196). “É a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade – é a ciência de uma forma específica do comportamento humano” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1975, p.12). “A *ética* estuda as morais e as moralidades, analisa as escolhas que os agentes fazem em situações concretas, verifica se as opções se conformam aos padrões sociais. Como disciplina teórica, a ética sempre fez parte da filosofia e sempre definiu seu objeto de estudo como sendo a moral, o dever fazer, a qualificação do bem e do mal, a melhor forma de agir coletivamente” (SROUR, 1998, p.270-271).

Nesse sentido, se a ética propicia a reflexão das normas, regras e princípios que envolvem o ser humano, ou seja, o cidadão (componentes psicológicos), de um determinado espaço, em um determinado tempo, pertencente a uma determinada sociedade (componentes sociológicos), “as doutrinas morais se oferecem como orientação imediata para a vida moral das pessoas [normas de conduta], ao passo que as teorias éticas pretendem antes dar conta do fenômeno da moralidade em geral” (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p.51).

Observa-se, desse modo, que a ética tem por objeto tanto a conduta humana (seus juízos de apreciação, normas / princípios e problemas) quanto a moral propriamente dita (seus valores, comportamentos e objetos).

Em que pesem tais aspectos, ressalta Valentim (2004) que ética e moral possuem dimensões distintas, ainda que complementares, pois, se por um lado, apresentam convergência no que tange à busca pela definição de valores e pelo bem-estar, à necessidade de serem aceitas e praticadas, e à influência no contexto social, apresentam nítida distinção quanto ao pressuposto (a moral parte da realidade dos costumes enquanto a ética reflete sobre os mesmos), à abrangência (um determinado grupo, no caso da moral, contrapondo-se a uma visão mais universalizante, no caso da

ética) e ao modo de ação (fruto de um tipo de coerção social, no caso da moral, e de uma reflexão pautada na liberdade de escolha, no caso da ética).

Desse modo, e embora a questão moral integre o universo da ética, pode-se dizer que, enquanto a moral se atém ao estudo das regras de conduta propriamente ditas em um dado segmento social no espaço e no tempo, a ética se preocupa com a reflexão sobre os valores morais, não ditando nem estabelecendo regras e normas de conduta a serem seguidas, mas, na concepção da ética racional, decorrente das idéias de Kant, “parte da existência de uma consciência moral para estabelecer seus princípios” (MARCONDES, 2001), ou seja, o ser humano deve ter a consciência do *bem agir* e do *bem fazer*, sem ser constrangido a tal: deve sê-lo espontaneamente.

Então, faz-se necessário entender como o conceito de valor é tratado pela ética. Os propulsores dos estudos sobre o valor, na ética, foram os filósofos alemães Max Scheler e Edward Von Hartmann, que desenvolveram pesquisas sobre a substituição da noção de bem que predominava na área, pela noção de valor, onde dissertavam didaticamente sobre os valores éticos. Quando se fala de valor distingui-se dois aspectos relativos à existência das coisas: o primeiro é a concepção da existência natural do objeto com características que

independem do ser humano; e o segundo é a concepção de objetos que passam a existir para o ser humano, adquirindo características que só existem em relação a ele (BRONDANI, 2000).

A definição de valor traz consigo quatro aspectos essenciais: *primeiro*, a não existência do valor em si, mas de objetos que possuem valor; *segundo*, os valores somente existem na realidade natural e humana como propriedades valiosas dos objetos; *terceiro*, os valores exigem a existência de certas propriedades naturais e físicas; e *quarto*, as propriedades que sustentam o valor são valiosas somente em potência, ou seja, em relação ao ser humano (BRONDANI, 2000).

Durozoi e Roussel (2002) preconizam que na Filosofia, valor é em geral considerado numa acepção moral, para designar o que proporciona normas à conduta e que, sua natureza é concebida de maneira diferente de acordo com os sistemas filosóficos. O estudo sobre a ética divide-se também na forma como os valores são encarados, por meio da teoria objetivista que se pauta em verdades morais que não podem ser mudadas e, através da teoria relativista, de natureza mais flexível, que defende ações éticas relacionadas a circunstâncias existentes em um determinado contexto (WECKER; ADENEY, 2000).

Por outro lado, Cortina e Martínez (2005, p.73) explicam que, “os valores *não*

são, mas valem ou pretendem valer. Ao afirmar que *não são*, não se deseja dizer que são ficções inventadas pelos seres humanos, mas que não podem ser entendidos como *coisas* ou *maneiras de ser das coisas*". Portanto, os valores são qualidades dotadas de conteúdo, independente do estado de espírito subjetivo de um indivíduo como das coisas.

Dessa forma, enquanto uma acepção moral que proporciona normas de conduta, têm-se, então, os valores morais, objetos dessa discussão. Os valores morais existem unicamente em atos humanos, como por exemplo, o comportamento de indivíduos e grupos sociais, realizados de forma livre, ou seja, de um modo consciente e voluntário (BRONDANI, 2000).

Portanto, em que pesem tais condições no âmbito da ORC, destaca-se que o objetivo desta discussão é identificar pesquisas sobre as questões éticas na representação do conhecimento, no intuito de encaminhar propostas que possam enfrentar esses desafios.

2 DESVIOS NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os desvios na representação do conhecimento prejudicam e afastam a parcela de usuários por eles atingidos, resultando na não identificação por parte deles com o sistema ou, de certa forma, num

desacordo com a atividade de representação. Por exemplo, Berman (1993), Olson (2002), López-Huertas (2006) e Guimarães (2006) são pesquisadores que apontaram o preconceito, questões de gênero, categorizações dicotômicas e de precisão terminológica como alguns deles.

Guimarães e Fernández-Molina (2003) mencionam que a literatura internacional tradicionalmente tem focado a ética na prática profissional em si mesma (má atuação, responsabilidade), na garantia de direitos específicos (privacidade, direitos de autor, liberdade intelectual, censura etc.), nas atividades de busca e disseminação da informação e no gerenciamento de unidades de informação (aspectos relacionados às políticas de formação e desenvolvimento de coleções).

Capurro (2004) realizou importantes indagações sobre os fundamentos filosóficos e éticos e suas raízes históricas ocidentais. Levando em consideração a filosofia ocidental e sua tradição, torna-se problemático em uma sociedade global afirmar que as bases éticas, particularmente a ética informativa, são as que podem ser aplicadas globalmente, principalmente se houver uma tentativa de criar um diálogo entre valores e razões num ambiente multicultural que é a Internet.

Como se sabe, a sociedade moderna pós-industrializada possui suas atividades diárias e suas interações sociais mediadas

pela tecnologia da informação. Assim, a busca e a necessidade rápida por informação resultaram em um aumento dessa interação com a tecnologia, o que também enseja reflexões éticas.

Buchanan (1999) estudou problemas significantes enfrentados pelos profissionais da informação, trabalhando principalmente com o mito do acesso global igualitário. Ao descrever formas qualitativas de injustiças, como o imperialismo da informação e a discriminação das tendências culturais enquadradas na catalogação e classificação, a autora sugere maiores atenções nas demandas de informação a partir de considerações éticas, pois se as particularidades forem asseguradas às nações, essas garantiriam a especificidade cultural, e isso se refletiria na transferência da informação em termos de acesso, disseminação, controle e construção de conteúdo, uma vez que, “a era da informação guarda um grande potencial para unir pessoas e idéias diferentes; apesar disso, é imperativo salva-guardar as exclusividades culturais e o microcosmo social” (BUCHANAN, 1999, p.200).

Recentemente, Fernández-Molina e colaboradores (2005) analisaram os aspectos éticos das novas tecnologias da informação e comunicação, uma vez que os estudos já existentes estão mais voltados para a difusão da informação, deixando uma lacuna que é a do tratamento dessa

enquanto atividade intermediária entre a produção e o uso. Tal estudo, de natureza teórica e bibliográfica enfocou os artigos publicados na revista *Ethics and Information Technology*, de 1999 até 2004, especificamente em algumas partes da estrutura textual desses artigos, menções sobre valores ou problemas, cujo resultado foi que, “a literatura científica sobre ética nas novas tecnologias, todavia, não tem muito claro as implicações nem o papel que as atividades de organização e representação do conhecimento exercem nesse contexto” (FERNÁNDEZ-MOLINA et al., 2005, p.183).

Na pesquisa, o valor mais discutido foi o da privacidade (com os problemas relacionados à sua violação, tais como a vigilância e o monitoramento), seguido pelo de propriedade intelectual (abrangendo aspectos como sua limitação por meio do ‘uso restrito’, e as implicações da exclusão digital). Outros valores também discutidos são: a liberdade (e sua violação por meio da censura), a segurança e a responsabilidade (pelos conteúdos disponibilizados) (FERNÁNDEZ-MOLINA et al., 2005).

Fernández-Molina e Guimarães (2002) e Guimarães e Fernández-Molina (2003) observaram que, se a literatura tem sido profícua com relação à ética no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação ou mesmo em atividades de gestão e disseminação do conhecimen-

to, tal não ocorre, com a mesma ênfase, na representação do conhecimento. Por exemplo, no caso desta última Hjørland (2003), ao discutir sobre a indexação e condensação de documentos, constatou que um documento sobre judeus escrito por um autor nazista não deveria ser somente indexado como ele o reivindica, pois os assuntos não são objetivamente “dados” mas, são influenciados por visões mais amplas que são importantes para o usuário ou aquele que busca pela informação, para analisar se deveria, então, idealmente ser parte da análise do assunto.

Nesse sentido, a ética na ORC é necessária para que o usuário tenha ciência dos documentos existentes e da diversidade dos assuntos e suas abordagens. Isso revela que essa atividade não é meramente técnica, como se pensava antes, mas sim intelectual, que exige por parte do profissional uma postura consciente e crítica, além de ser pleno conhecedor do âmbito histórico e social que envolve o conhecimento registrado e socializado.

Olson (2002) preconizou que o profissional detém, no momento em que representa o conteúdo do documento, a preferência pela escolha do conceito, denominando-o de poder de nomear ou de rotular (*labeling*). Portanto, essa escolha de acesso ao assunto, que não é dotada de neutralidade, reflete os valores dominantes de uma sociedade em seus substitutos para

acesso ao tema, justamente porque essa seleção de conceitos – inclusão e exclusão – é passível de desvios e marginalizações.

Essa escolha que pode admitir substitutos inadequados é entendida por Mai (2004, p. 40), tanto pela atitude profissional quanto pelas ferramentas utilizadas, como representações que refletem uma visão particular do mundo e que “nunca são inocentes, mas riscadas com arbitrariedade e motivadas por pré-concepções e preconceitos”.

Isso mostra que, os sistemas de representação são políticos, uma vez que seus idealizadores o fazem impondo uma visão particular do conhecimento aos usuários, simplesmente organizando a área, e quando bibliotecários, cientistas da informação ou gestores da informação organizam uma área, preconizam uma interpretação aos usuários através de uma visão particular do conhecimento (MAI, 2004).

Certamente esses pontos de vista impostos nos sistemas são formações meta-teóricas, compostas de métodos que são empregados na coleta de termos e em suas relações, satisfazendo a um determinado grupo em uma determinada época, mas Rafferty (2001, p. 183) esclarece que, “as escolhas sobre a ordem, sobre quais assuntos são privilegiados e quais assuntos são subordinados são sempre ideológicas, e que é produto de uma visão de mundo particular”.

Então, se determinado sistema tem a ele atribuído uma ideologia dominante, isso se refletirá nas decisões sobre as classes principais, as divisões, as subdivisões e sua ordenação. As classes principais são constructos ideológicos, e essas construções simbólicas têm conseqüências em condições políticas culturais, por exemplo, o que está classificado nas bibliotecas, atribuindo importância secundária ou subsidiária (RAFFERTY, 2001).

Veja, então, que os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de sistemas, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação, seja ao classificar ou atribuir conceitos durante a indexação. Um exemplo é o índice, que é gerado por intermediação de uma linguagem documental, de natureza mais generalizante (pois busca o tema do documento) e com relativa independência do sistema de significação do texto (principalmente se comparado ao resumo), fato que poderá gerar alguns desvios.

Além disso, com o intuito de garantir uma univocidade das palavras, se perpetuam idéias e significados que podem sucumbir ao tempo e que, devido a sua base de construção, muitas vezes não lhes é permitida uma atualização rápida e adequada. Então, o que fazer para compreender como a sistematização das palavras

atinge a autonomia do indivíduo? Silva (2004, p. 30) responde que, “a depender das condições sócio-culturais onde circulam, algumas palavras adquirem significados que ninguém ousa questionar. São palavras que parecem ter o poder de condensar em si os sentidos da vida humana”.

Dessa forma, os sistemas de representação condicionam a um modo determinado de leitura que contribui para a manutenção de padrões pré-estabelecidos, uma vez que impõem uma visão particular do conhecimento, que é geralmente atribuída por seu idealizador. Assim, quando os profissionais da informação aplicam esse sistema estão dando aos usuários essa visão particular de mundo.

Rafferty (2001) analisa que o discurso estabelecido nesses sistemas propõe limites e regras sobre o quê e como o conhecimento será representado nas bibliotecas, gerando conseqüências sociais visto que essas instituições são voltadas para o aprendizado e a cultura dos indivíduos.

Com isso, como esses sistemas são pragmáticos, eles se baseiam em uma visão filosófica de conhecimento, e essa reflète uma posição político-cultural balizada pelo espaço e pelo tempo. Por exemplo, o sistema de classificação de Dewey tem sido criticado por seu ponto de vista culturalmente determinado, como é o caso do assunto Cristianismo, de grande prevalência na classe de Religião. Rafferty (2001)

ressalta que, a ideologia desse sistema revela o racionalismo, o pragmatismo e o senso comum, além de uma visão de mundo ocidentalizada, ideal e positivista.

Salienta-se que os tesouros e as listas de cabeçalhos de assunto também apresentam desvios, mesmo que baseados em conceitos, como apresentado por Inge- traud Dahlberg que, por sua vez, sofreu influências de Ranganathan. Para Dahl- berg (1978), o conhecimento se fixa atra- vés dos elementos da linguagem, porque é por ela que o ser humano é capaz de ela- borar enunciados, que por sua vez, se refe- rem a objetos que resultam em conceitos individuais ou gerais. Dessa maneira, o conceito é constituído de elementos (que são características obtidas através do mé- todo analítico-sintético) que se articulam em uma unidade estruturada, isto é, são estabelecidas reuniões e compilações de enunciados verdadeiros a respeito de de- terminado objeto, fixadas por um símbolo lingüístico. Portanto, se um conceito ainda não tem nome, é possível formulá-lo pela síntese de suas características – matéria (substância), qualidade, quantidade (ex- tensão), relação, processo (atividade), mo- do de ser, passividade, posição, localiza- ção (lugar) e tempo – que quando compa- radas, possibilitam relações entre os con- ceitos.

Segundo Dahlberg (1978), a combi- nação entre os conceitos se dá de acordo

com uma categorização formal, conhecida como classificação facetada. Em razão disso é que aumenta a necessidade de definir corretamente um conceito, que por sua vez, dependerá do conhecimento que se tem sobre determinado assunto.

Então, sobre a teoria do conceito pro- posta, observam-se influências de Ranga- nathan advindas da *Colon Classification*, bem como de suas categorias fundamen- tais: P (personalidade), M (matéria), E (e- nergia), S (*space*, espaço) e T (tempo) e, principalmente, pela possibilidade de rela- ção entre os conceitos, ou seja, as deno- minadas facetas.

Entretanto, esses tesouros não têm resolvido os problemas de desvios ou os de multiculturalismo. Judge (1981) desta- cou quatorze tipos de desvios que podem surgir durante o projeto de desenvolvimen- to e que o prejudicam, introduzindo distor- ções, que se constituem em obstáculos e, posteriormente, refletirão no desenvolvi- mento social, tendo um efeito ainda maior na área das ciências sociais, partindo da premissa de que o conhecimento contribui para o desenvolvimento da sociedade. São eles: 1) Desvio estático associado com as categorias de substantivos; 2) Desvio de baixo contexto associado à ciência ociden- tal; 3) Modelo de conservação de desvios; 4) Desvio disfuncional; 5) Insensibilidade às implicações dos tesouros; 6) Vacância nas classes do topo da hierarquia; 7) Pre-

ferência por uma manutenção 'adaptativa' dos tesouros; 8) Investimento em sistemas rígidos e antiexperimentais; 9) Retrato despersonalizado dos tesouros; 10) Encobrimento de contradições; 11) Encobrimento de valores; 12) Preferência por listas de estrutura simplista; 13) Exclusão de dimensões não codificáveis; 14) Conceito mecanicista de integração de tesouros.

Tais desvios identificados são uma tentativa de dar forma ao que está subjacente no projeto dos tesouros, e seu reflexo no desenvolvimento da sociedade, especialmente na maneira em que reforça ou não a fragmentação social (JUDGE, 1981).

Já com relação às listas de cabeçalho de assunto, Olson (2002) verificou que em 1996 a *Library of Congress Subject Headings* – LCSH alterou seus cabeçalhos, e como um dos exemplos, cita o termo 'Human', até então concebido como genérico para designar a humanidade e que foi substituído por 'Ser humano'.

Assim, entende-se que a questão da representação merece maiores atenções relacionadas com a influência que possa residir nesse âmbito, inclusive, no tocante ao poder que o indexador ou classificador detêm no momento de suas escolhas para representar um documento, como alertou Olson (2002).

3 DESAFIOS ÉTICOS DA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os problemas de natureza ética que se destacam, a partir da literatura e da prática profissional, são os que se referem ao preconceito na análise ou na representação e, ainda, nos sistemas, cujas hierarquizações estabelecem desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a idéia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo (GUIMARÃES, 2006).

Por isso, ao profissional da informação cabe o encargo de assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, os quais atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos. É seu papel evitar que os desvios sejam disseminados através do fazer profissional.

Nesse aspecto, Olson (2002) destaca que, como a Classificação Decimal de Dewey possui as partes arranjadas pela disciplina e não pelo tema, no momento em que os materiais relativos a grupos sociais são classificados, esses são colocados em conjuntos específicos, principalmente se eles se subdividirem em gênero, raça, religião, classe e orientação sexual, por exemplo. Isso ocorre porque não existe uma área concentrada para eles, que são assinalados em outras áreas, perdendo sua identidade. Para tanto, a autora cita um modelo do que foi considerado como uma

forma de colocar determinados assuntos em “guetos”:

305.4 Mulheres

- 2 Status e papel social das mulheres. Classifique aqui discriminação contra mulheres e movimentos feministas.

Papel social e status de tipos específicos de mulheres com o tipo de mulheres em 305.43-305.48 ...

305.4 Mulheres

- 8 Tipos específicos de mulheres

- 8 Grupos raciais, étnicos e nacionais

- 96 Africanas e pessoas de descendência africana [T5]

- 073 Americanas africanas (Negras dos Estados Unidos)

Também Guimarães (2006) apontou alguns problemas concretos que, considerados como desafios, ele os sistematizou como segue:

- relativo ao *preconceito*, seja no momento da análise ou da representação, por exemplo, Lesbianismo use Desvios sexuais;

- relativo às *categorizações dicotômicas* nos sistemas de classificação, por exemplo, Religiões cristãs X Religiões não-cristãs, nos quais muitas vezes reside o proselitismo;

- relativo à *visão de mundo específica*, uma vez que em algumas linguagens documentárias se priorizam alguns conceitos em detrimento de outros, como por exemplo, o fato de a Classificação Decimal de Dewey se revelar a partir de uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*white, protestant and anglo-saxon man*);

- relativo à *precisão terminológica* na representação documentária, como por exemplo, na substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas, caracterizando uma metonímia, visto que toma a parte pelo todo;

- relativo à *polissemia* de alguns termos técnicos, como é o caso do termo Classificação, que é pautado por lógicas distintas na Biblioteconomia e na Arquivologia.

- relativo à *dimensão do ‘politicamente correto’* na indexação, quando ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão, por exemplo, *Usuários deficientes*, *Usuários portadores de deficiência*, posteriormente *Usuários especiais*, e atualmente, *Usuários com necessidades especiais*.

Para encarar esses desafios, num primeiro momento torna-se necessário identificar os valores que estão inerentes às atividades de ORC para, principalmente, discutir as questões éticas. Fernández-Molina e Guimarães (2002) identificaram a estrutura dos valores com os quais os profissionais da informação deveriam embasar suas atividades. A partir de uma sistematização da literatura da área, os autores chegaram a um conjunto deles, a saber:

- 1) *O interesse do usuário vem primeiro*. Mesmo sendo um valor mais geral, ele trata da supremacia dos interesses temáti-

cos do usuário, no intuito de que as atividades de ORC sejam realizadas e planejadas de acordo com os interesses desses, ou seja, acima das considerações dos profissionais da informação.

2) *Prover serviços objetivamente, sem influência de qualquer espécie.* Esse valor reflete a necessidade de garantir a objetividade do vocabulário controlado, além dos modelos e estruturas adotadas para a organização do conhecimento.

3) *Prover os usuários com a mais atual e precisa informação possível.* Como freqüentemente encontram-se conteúdos representados inadequadamente por meio de conceitos impróprios, esse valor se volta para a necessidade de que o processo de indexação contemple as diversas variantes do vocabulário do usuário.

4) *Evitar a censura na seleção de materiais de informação.* Esse valor atrai a atenção para os cuidados necessários que envolvem os julgamentos de natureza moral, embora voltado para a seleção de materiais, também se aplica às atividades de classificação de conteúdos da Internet.

5) *Se algum tipo de censura ou filtro existe, informar os usuários de suas limitações.* Quando um usuário não pode acessar determinado conteúdo, então ele deve ser informado sobre as limitações do sistema, deixando transparente as políticas existentes.

6) *Separar as crenças pessoais do serviço profissional.* Essa distinção é necessária principalmente nas atividades de representação, para que não haja interferências dessa natureza entre o conteúdo e o usuário.

7) *Manter a competência profissional.* Mesmo sendo um valor de caráter geral, é aplicado também na especificidade da ORC.

Os autores relatam que os valores são raramente focados nas atividades relacionadas à representação do conhecimento, pois são mais destacados em assuntos voltados à propriedade intelectual, direito à privacidade, à liberdade intelectual ou à conduta profissional, e ao analisarem códigos de ética profissional de vários países, eles os encontraram subjacentes às atividades técnicas e administrativas (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002).

Em um outro estudo, Guimarães e Fernández-Molina (2003) procuraram identificar quais problemas os profissionais da informação encontram quando realizam as atividades de representação e quais valores estavam presentes nessas situações. Os autores analisaram os artigos publicados na revista *Knowledge Organization*, durante o período de 1989 até 2001, estabelecendo um domínio conceitual relativo à ética.

No resultado da pesquisa foi considerado que os pesquisadores da área estão mais centrados nos produtos e instrumentos que nos processos, e que devido à natureza aplicada dos artigos, poucos têm realizado aproximações específicas em relação ao problema das competências e habilidades que conduzem a um bom ou mal fazer profissional. Os autores revelam que ainda existe uma ausência, em termos teóricos, de discussões sobre o tema. Entretanto, a hipótese colocada é de que a área possui um conjunto de valores intrínsecos à suas atividades especializadas; porém, não estão sistematizados e nem definidos como tal, sendo geralmente mesclados com a recuperação da informação e, outras vezes, como inerentes ao conceito genérico de bem fazer.

Nesse sentido, a busca por convergências teóricas torna-se necessária para subsidiar os trabalhos que envolvem os aspectos éticos na representação do conhecimento e explicitar seus valores. Para isso, Pinho (2006) analisou os trabalhos de três pesquisadores internacionais – Antonio García Gutiérrez (2002a), Michèle Hudson (1997) e Clare Beghtol (2002).

Esses autores analisados acreditam que a intervenção de uma análise nos sistemas de representação é necessária e adequada, porque tenta corrigir os desvios representados e disseminados até o momento, além de melhorá-los para que haja

consciência sobre o como e o por quê eles são elaborados. Foram convergentes as questões que abrangem as esferas do profissional, da leitura, da representação (enquanto instrumento e ato profissional) e do usuário.

Em um entendimento comum, os autores focalizaram o papel do profissional que atua no âmbito da representação, seja ela enquanto instrumento ou atividade. Esse profissional deve atuar de forma ética, possuindo competência crítica sobre o objeto ou tema a ser representado. Essa mediação não pode ser ingênua ou mecânica, pois se faz necessário um processo de reflexão sobre os interesses culturais e ideológicos presentes no conteúdo a ser representado. O profissional deve estar ciente de sua ação e conseqüentes efeitos.

A leitura é um processo que permeia a Análise Documental e resulta na seleção de termos que serão, através de uma linguagem documental, utilizados na representação. Essa leitura, denominada de leitura profissional, deve garantir compreensão e comprovação, de tal modo, que os interesses do profissional não venham a prevalecer sobre os do documento analisado. Então, o momento dessa leitura também deve ser permeado pela ética.

Clare Beghtol (2002) é mais específica ao analisar a questão da leitura, dirigindo essa atividade para a identificação de problemas éticos nos sistemas de repre-

sentação. Antonio García Gutiérrez (2002a) concebe a leitura como um fator que vai além do entendimento estrutural do texto, uma vez que essa atividade deve ser de tal forma ampla para que permita a compreensão do discurso utilizado pelo produtor. Já Michèle Hudon (1997) entende a leitura como um requisito essencial para a compreensão de versões lingüísticas diferentes, estando atrelada à competência lingüística do profissional.

Sobre os sistemas de representação, os autores são categóricos ao afirmar que tais instrumentos não são neutros, como já relatado anteriormente. O ponto essencial na representação pode residir nas diferenças culturais, enquanto fator decisivo para os desvios ocorridos nas representações, exigindo tanto do profissional quanto do instrumento utilizado, um entendimento quanto às peculiaridades e diferenças de cada cultura. Beghtol (2002) enfatizou o uso global dos sistemas de representação, ou seja, a utilidade desses sistemas por diferentes culturas. García Gutiérrez (2002a) estudou a questão e a denominou de *mestiçagem*, dando como exemplo, a cultura brasileira. Hudon (1997), por sua vez, na variada gama do âmbito cultural, foi mais específica ao analisar a questão da língua.

Os diversos níveis e camadas culturais aos quais um indivíduo pode pertencer, e ao mesmo tempo ver suas crenças

refletidas em um sistema de representação é o ponto de discussão no qual esses autores têm dedicado seus esforços.

Assim, as contribuições para que os problemas que possam surgir sejam minimizados são as seguintes: a ética transcultural de mediação que considera a cultura como um sistema dialógico e interativo, superando visões dominantes e reducionistas; a hospitalidade cultural que possibilita a uma mesma notação bibliográfica agregar diversas garantias culturais; e o multilingüismo que referenda o tratamento igualitário entre as línguas envolvidas em um tesouro multilíngüe. Então, esses fatores auxiliam na compreensão de que a diversidade cultural deve ser representada de forma a garantir a identidade de cada uma, não através de confrontos, mas da aceitação e diálogo.

Os autores alertam para que os sistemas de representação sirvam também para os ambientes digitais, e esse ponto é convergente seja no entendimento de Beghtol (2002) por sistemas globais, ou de García Gutiérrez (2002a) por rede digital como preservação da exomemória, ou ainda, de Hudon (1997) cujo alerta se dá para a compreensão das fontes informacionais disponíveis em várias línguas, agregando assim, elementos para seu desenvolvimento, permeando as garantias culturais, bem como por estarem pautados pela ética.

Dessa forma, foi possível extrair dos discursos dos três pesquisadores um valor em comum e que se destacou, a saber: o respeito à diversidade cultural. Esse valor – respeito – apesar de possuir um caráter geral, embasou outros que por meio desses estudos tornaram-se inerentes à representação do conhecimento. Para Beghtol (2002) destaca-se a garantia e hospitalidade cultural, para García Gutiérrez (2002a) a transculturalidade na mediação, e para Hudon (1997), o multilingüismo.

Em relação ao usuário, destaca-se que esse é o objetivo principal das atividades de representação. Esses autores são categóricos em afirmar que as crenças do usuário devem ser refletidas pelo sistema de representação, sob pena do sistema perder sua confiança, ou ainda, provocar um constrangimento devido a relações enganosas ali encontradas.

Portanto, os autores analisados são convergentes em suas opiniões em relação ao usuário, bem como complementares, em relação às competências profissionais, que abrangem o profissional e a leitura, e no tocante aos valores intrínsecos ao processo de representação.

Cabe destacar também, que essa contribuição se deu de forma a solucionar os desvios no âmbito da representação. García Gutiérrez (2002a) propõe toda uma estrutura teórica, que encarada enquanto uma mudança de paradigma resulta em um

avanço teórico e prático para a área, denominada de Epistemografia Interativa, que através de uma visão transdisciplinar do conhecimento, possibilita ao mediador uma atuação ética em relação ao conteúdo representado.

Com relação à Epistemografia Interativa, García Gutiérrez (2002b) explica que, a ORC aliada às mudanças tecnológicas e de comunicação, pode contribuir para as pesquisas sobre *exomemória*³, e que para isso necessita de uma mudança epistemológica que proporcione novas bases para estudar os fenômenos inerentes à área, considerando os processos documentais em um marco mais genérico dentre os processos de produção plural do conhecimento, além de considerar outras variantes cognitivas e não cognitivas.

Segundo o autor, de um lado existem as regras de ORC baseadas em um paradigma positivista que transparece os estilos e vícios dominantes – e por vezes preconceituosos – e, de outro lado, um universo cultural, que quando representado nesses sistemas por meio dessas regras, são reduzidos de tal maneira antiética que não remetem à realidade de muitas sociedades e culturas. Por isso, surge a necessidade de repensar os instrumentos e ferramentas de ORC que funcionavam bem no para-

³ Para García Gutiérrez (2002b), a *exomemória* estende-se sobre territórios mais amplos que o conhecimento no sentido estrito: inclui o emotivo como registro e não só o puramente cognitivo, tanto sejam objetos ou processos de memorização.

digma positivista, para o que García Gutiérrez (2002a) propõe um novo paradigma combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e prática da classificação e organização do conhecimento, no intuito de remodelar a área, sugerindo uma “desordem do conhecimento” para que se possa reordená-lo e, possibilitar que os instrumentos lógico-semânticos recebam o amparo teórico de uma ética transcultural de mediação do conhecimento. Para isso, García Gutiérrez (2002b) propõe a Epistemografia Interativa, que é o nome do objeto-problema e do conglomerado teórico-conceitual transdisciplinar criado para sua resolução e não denominação de ordem dogmática.

Dessa maneira, García Gutiérrez (2002b) preconiza que se faz necessário, fabricar uma teoria desde a heterodoxia e desde a heteroconstrução, desde uma concepção reticular que atravesse nossas atitudes de sujeitos complexos, uma teoria estabelecida na instabilidade, apontando a incerteza, que faça de cada postulado uma presunção incompleta da realidade.

Então, Epistemografia Interativa é uma teoria que estuda formas de resolver problemas em relação à ordenação do conhecimento, com metodologias e *corpora* transdisciplinares convenientes à heterogeneidade discursiva, à relação dos usuários com os discursos e à forma como o mediador atua nessas relações. Com isso,

não é possível falar em uma teoria estável, pois essa irá se construir sobre um problema, sofrendo transformações teóricas e metodológicas na mesma proporção que transforma o problema, uma vez que o objeto da Epistemografia é o estudo dos valores de uso dos discursos registrados como discursos reutilizáveis em uma rede transdiscursiva (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Essa teoria epistemográfica busca ajustar a análise teórica em relação às representações do conhecimento e às linguagens que proporcionam sua recuperação, pois o termo ‘epistemográfico’ significa fazer gráfico o conhecimento, representando-o e explicitando-o, porém não se limita ao conhecimento técnico e científico, mas a todas as formas de conhecimento, inclusive os registrados em meio digital (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Já Hudon (1997) contribui de forma a dar um tratamento igualitário às línguas inseridas em um tesouro multilíngüe, através de um esquema que permite a identificação de problemas de natureza ética. Esse esquema dá suporte à sua construção, identificando os principais itens problemáticos.

E, Beghtol (2002) proporcionou, além dos conceitos que possibilitam as notações ampliarem seu escopo, uma estrutura que permite a identificação de desvios, orientando também, a tomada de decisão em relação a eles.

Por fim, muito está por ser feito nesse campo de estudos, principalmente em questões específicas que, decorrentes da dimensão ética, merecem uma reflexão mais verticalizada, como é o caso do eufemismo na representação que, muitas vezes sob a égide do 'politicamente correto' pode chegar às raias da discriminação, do ocultamento e da tendenciosidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, diante do exposto nesta pesquisa, torna-se necessário a construção de conhecimento e de subsídios para a prática dos profissionais da informação, no intuito de alertá-los para uma atuação ética e despertá-los para uma revisão de seus fazeres e dos sistemas por eles utilizados. No âmbito do ensino, são discussões úteis para a implantação de mudanças na capacitação de indexadores e classificadores, porque enquanto mediadores, são responsáveis pela adequada representação do conhecimento e, socialmente, devem ser responsáveis pela integração cultural.

Nota-se que a construção do conhecimento em relação a essa temática, bem como a busca por uma atuação crítica por parte dos profissionais ainda é incipiente devido à timidez das discussões acadêmicas e profissionais em termos de literatura, decorrente de um apego a fontes tradicio-

nais e a uma forte referência à dimensão normativa/gremial da ética.

Especificamente com relação ao universo profissional, esse ainda não assume de forma explícita a dimensão ética da área, mas já sinaliza para algumas questões. Por exemplo, em Guimarães et al. (2005) já se observa que são apontados valores inerentes às atividades de ORC. Os aspectos de *precisão*, *abrangência*, *garantia cultural*, *ética transcultural de mediação* e *multilingüismo* confirmam-se como valores da área e concedem, ao conceito de competência profissional, uma nova dimensão, pois transcende o domínio de conteúdos específicos para atingir a forma de utilização desses conteúdos.

Portanto, é necessário construir perspectivas, através de fundamentos multiéticos, para tratar diferentes temas para diferentes culturas, evitando-se que as representações em um sistema sejam inseridas por meio de práticas tendenciosas, prejudicando minorias ou matérias como política, religião, cultura e língua.

REFERÊNCIAS

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, London, v.58, n.5, p.507-532, September/October 2002.

BERMAN, S. *Prejudices and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning*

people. Jefferson: McFarland & Company, 1993.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. *Ethics and Information Technology*, Dordrecht, v.1, n.1, p.5-14, January/March 1999.

BRONDANI, C. Os valores. *Revista Eletrônica da Sociedade Literária Prometheus*, Pato Branco, ano 2, v.8, 2000. Disponível em:

<<http://www.geocities.com/slprometheus/>>. Acesso em: 22 jun. 2006.

BUCHANAN, E. A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. *Ethics and Information Technology*, Dordrecht, v.1, n.3, p.193-201, July/September 1999.

CAPURRO, R. Intercultural information ethics. In: INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS SYMPOSIUM, 2004, Karlsruhe. *Proceedings...* Karlsruhe: Center for Art and Media, 2004. Disponível em: <<http://icie.zkm.de/congress2004/>>. Acesso em: 31 ago. 2006.

CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*, Frankfurt, v.19, n.1, p.1-2, 1992.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. 4.ed. Campinas: Papirus, 2002.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowl-*

edge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación: y su reflejo en la organización y representación del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). *La dimensión humana de la organización del conocimiento*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005.

FOSKETT, A. C. Misogynists: a study in critical classification. *Library Resources and Technical Services*, Chicago, v.15, n.2, p.117-121, 1971.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2002b.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). *La dimensión humana de la organización del conocimiento*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005..

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conoci-

- miento en la revista *Knowledge Organization*. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). *Tendencias de investigación en organización del conocimiento*. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.
- GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Profissionais da informação: formação e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.
- HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Würzburg, v.30, n.2, p.87-111, 2003.
- HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*, Würzburg, v.24, n.2, p.84-91, 1997.
- JUDGE, A. *Anti-developmental biases in thesaurus design*. 1981. Disponível em: <<http://www.laetusinpraesens.org/docs/anti-dev.php>>. Acesso em: 1 abr. 2006.
- LARA, M. L. G. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.127-139, jul./dez. 2002.
- LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006.
- MAI, J.-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. *Knowledge Organization*, Würzburg, v.31, n.1, p.39-48, 2004.
- MARCONDES, D. *Iniciação à filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- OLSON, H. A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. *Knowledge Organization*, Würzburg, v.28, n.4, p.180-191, 2001.
- ROSENTAL, M.; IUDIN, P. *Pequeno dicionário filosófico*. São Paulo: Exposição do Livro, 1959.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortês, 1994.
- SILVA, R. S. *Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias*. 2004. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- VALENTIM, M. L. P. *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004.
- WECKER, J.; ADENEY, D. *Ética informática y las ciencias de la información*. Madrid: Fragua, 2000.

José Augusto Chaves Guimarães

Livre-Docente em Análise Documentária e Indexação e Resumos (UNESP-Marília). Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Bacharel em Biblioteconomia (UNESP-Marília). Docente do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Ciência da Informação (UNESP-Marília). Pesquisador do CNPq.
guimajac@marilia.unesp.br

Fabio Assis Pinho

Doutorando em Ciência da Informação (UNESP-Marília). Mestre em Ciência da Informação (UNESP-Marília). Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFSCar)
fabio@fcav.unesp.br

Title

Challenges of the knowledge representation: an ethical approach

Abstract

It approaches the ethical aspects of knowledge representation with the objective to systemize the researches of this area of study and to identify their main contributions. It points out the biases of the knowledge representation derived from the professional performance and of its instruments, as well as the main challenges faced by the area. Finally, the values about knowledge organization and representation activities are recognized, such as the precision, inclusion, cultural warranty, transcultural ethics of mediation and multilingualism, once they allow a new dimension to the concept of professional competence, because it transcends the domain of specific contents to reach the form of these contents utilization.

Keywords

Ethics; Knowledge organization and representation.

Título

Desafíos de la representación del conocimiento: abordaje ético

Resumen

Se trata de un estudio relativo a los aspectos éticos en la representación del conocimiento con el objetivo de sistematizar las investigaciones del área e identificar sus principales contribuciones. Apunta los sesgos encontrados en la representación del conocimiento que resultan de la actuación profesional y de las herramientas usadas, así como los principales desafíos enfrentados por el área. Al fin, se observa que son identificados valores inherentes a las actividades de organización y representación del conocimiento, tales como precisión, abarcamiento, garantía cultural, transculturalidad en la mediación y multilinguismo, una vez que conceden al concepto de competencia profesional una nueva dimensión, pues trascende el dominio de contenidos específicos para attingir la forma de utilización de esos contenidos.

Palabras clave

Ética; Organización y representación del conocimiento.

Recebido em: 03.05.2007

Aceito em: 27.06.2007
